

1 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2 SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

3 CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

4 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

5 **DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

6 Ao décimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e dezessete, às dez horas, na Rua  
7 México, número cento e vinte e oito, décimo primeiro andar, no auditório, reuniu-se o  
8 Conselho Estadual de Saúde (CES/RJ), presentes os senhores Conselheiros Étila  
9 Elane de Oliveira Ramos (SINDPSI), – no exercício da Presidência - Maurício Carlos  
10 Ribeiro (SES/RJ), Patrícia Martins Sant'Anna (SES/RJ), Dulcemary da Silva Serra  
11 (SES/RJ), Monica Morissy Martins Almeida (SES/RJ), Miroval Santos de Souza  
12 (SES/RJ), Andrea Lopes de Araujo Santana (SES/RJ), Rosaura Rocha Lima  
13 (FEMERJ), Francinete da Conceição A. do Carmo (SASERJ), Denise Resende  
14 Sanches (SINDENFRJ), José Augusto da Silva (SINTRASEF), Maria de Fatima  
15 Barreira Belerique (SINFERJ), Francisco Claudio de Souza Melo (SINFAERJ), Newton  
16 Dias Lourenço (CRBIO-02), Renata Campos Velasque (CREFITO), Alexandre  
17 Vasilenskias (CRP), Mara Christina Martins Freire (CRN), Vanessa Bezerra de Souza  
18 (CRESS), Antonio Ricardo Borges de Olival (CRO-RJ), Solange Gonçalves Belchior  
19 (ABEN-RJ), Cosme Francisco Toscano (AMORVIT), Zaira Vanea Gomes da Costa  
20 (AFARJ), Marcellus Cesar Gomes Brito (AFARJ), Sylvia Helena Daflon Oliveira  
21 (MORHAN), Elias José da Silva (ATPBSF), Theodoro Bento da Silva (ATPBSF),  
22 Gabriele Gomes Parajára (Anjo da Guarda), Luiza de Fatima Dantas (CUT/RJ), Maria  
23 Celina de Oliveira (CTB), Nanci Rodrigues Santos (UNEGRO), Ludugério Antonio da  
24 Silva (FAMERJ), Carlos Nicodemos (MNDH), Katia Lopes Siqueira (FAFERJ), Miguel  
25 Jorge Gomes de Oliveira (CMS Seropédica), Maria de Fatima Gustavo Lopes (CMS  
26 Rio), Paulo Figueiras Tavares (CMS Mangaratiba), Messias Neves da Silva (CMS  
27 Araruama), Sandra Brandão da Silva (CMS Arraial do Cabo), Maria Cristina Rodrigues  
28 Teixeira (CMS Vassouras), Mara Dalila (CMS Paty Alferes), Harley Oliveira da Silva  
29 (CMS Miracema), Paulo Roberto de Oliveira (CMS Barra do Piraí), Luzia Aparecida da  
30 Silva Quintino (CMS Volta Redonda), Fernando Cesar Faria Goulart (CMS São  
31 Gonçalo), Marinete de Paula (CMS Tanguá) dentre titulares e suplentes. Presentes  
32 também o Secretário Flavio Campos da Silva e a Equipe do CES-RJ de Apoio à  
33 Plenária, Marineide Amaral dos Santos, Solange Balieira Monteiro, Rosancy Tavares

34 Serra, Catia Regina Victoria, Rosangela de Araujo Cunha e Marilda de Souza Borges.  
35 Iniciando os trabalhos, a Presidenta Étila passou ao primeiro ponto de Pauta:  
36 Verificação do Quórum. Verificando que havia quórum, iniciou a Reunião Ordinária do  
37 Conselho Estadual de Saúde lendo o Ato de Convocação da presente reunião. Após a  
38 leitura do Ato de Convocação, a Conselheira Maria de Fatima Gustavo Lopes solicitou  
39 inclusão de pauta sobre os acontecimentos da Conferência da Saúde das Mulheres  
40 realizada na UERJ. A Conselheira Renata Campos Velasque solicitou inversão de  
41 pauta, pois teria sido acordado que os itens pendentes da última reunião seriam  
42 abordados primeiramente nesta reunião e informou que o pedido de vista dos pontos  
43 da última reunião deveria ter sido feito na última reunião. O Conselheiro Paulo Roberto  
44 de Oliveira solicitou inversão de pauta. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira  
45 solicitou inclusão de pauta com prioridade devido aos acontecimentos da II Conferência  
46 Estadual da Saúde das Mulheres. A Conselheira Rosaura Rocha Lima solicitou  
47 inclusão de pauta para discutir sobre os grupos temáticos da Conferência. O  
48 Conselheiro Mauricio Carlos Ribeiro, discordando da fala da Conselheira Renata  
49 Campos Velasque, ressaltou que no Regulamento Interno não constava que o pedido  
50 de vista deveria ser feito apenas no primeiro momento em que um tema seria  
51 apresentado ao Pleno, pois o mesmo não havia ainda sido colocado em discussão pelo  
52 plenário. O Conselheiro Harley Oliveira da Silva solicitou inclusão de pauta sobre o  
53 Regimento Interno da Conferência. A Conselheira Mara Christina Martins Freire  
54 informou que as cartas no item IV do Ato de Convocação foram enviadas do Grupo de  
55 Servidores da SES e do Fórum Estadual de Saúde. O Conselheiro Mauricio Carlos  
56 Ribeiro realizou a leitura do artigo cinquenta e oito do Regimento Interno para  
57 esclarecimentos quanto a pedidos de vistas. Os Conselheiros Miroval Santos de  
58 Souza, Alexandre Vasilenskias e Mara Christina Martins Freire pediram vista da quinta  
59 Ordem do Dia. A Presidenta informou que a Comissão de Organização da II  
60 Conferência da Saúde das Mulheres pediu que não fosse pautado nenhum assunto da  
61 Conferência, pois devido ao tempo, não houve a preparação de um relatório a ser  
62 apresentado ao Plenário. Desta forma, a mesa propôs que todas as falas referentes à  
63 Conferência fossem acatadas para a próxima Reunião do Pleno. A Conselheira Maria  
64 de Fatima Gustavo Lopes não concordou com a proposta. Em regime de votação, os  
65 favoráveis a discussão da Conferência no dia corrente foram quinze, seis foram  
66 contrários e um se absteve. Passando para a primeira Ordem do Dia, a Presidenta

67 perguntou se algum Conselheiro gostaria de fazer destaque na ata. Não havendo  
68 nenhum destaque, a ata do dia vinte e um de março de dois mil e dezessete foi  
69 aprovada. A Conselheira Renata Campos Velasque em seu informe lembrou aos  
70 Conselheiros que no dia corrente os servidores ainda não haviam recebido seus  
71 salários de Abril. O Conselheiro Alexandre Vasilenskias informou que encaminhou a  
72 denúncia feita pela Fundação Leão XIII ao Conselho, o qual os idosos acamados  
73 abrigados pela Fundação foram transferidos para clínicas psiquiátricas e pediu que  
74 fosse inclusa como pauta para uma próxima reunião. Informou que EBSERH se  
75 instalou no Hospital Universitário da Universidade Federal de Alagoas e o Ministério da  
76 Saúde entrevistou e que o Conselho Nacional de Saúde se pronunciou contrário a  
77 instalação. A Conselheira Mara Christina Martins Freire informou que na UERJ, no dia  
78 corrente, às dezessete horas, o Conselho Regional de Nutricionistas, Sindicato de  
79 Nutricionistas do Rio de Janeiro e a Associação Científica se reuniram para buscar o  
80 fortalecimento e o engajamento na luta pelo SUS. A Conselheira Solange Gonçalves  
81 Belchior, em nome da Comissão de Fiscalização, compartilhou que estava para ser  
82 publicado o Comitê da População Privada de Liberdade, que os recursos, na faixa de  
83 um milhão e seiscentos mil reais teria sido liberado pelo Fundo para a SEAP e que a  
84 comissão acompanharia a aplicação deste recurso. Informou que aconteceria uma  
85 oficina entre SES e CEAP para revisão do projeto aprovado anteriormente para ser  
86 aplicado no ano de dois mil e dezessete e convidou o CES. O Conselheiro Paulo  
87 Roberto de Oliveira pediu à Comissão Executiva a prestação de contas da VII  
88 Conferência e informou que encaminhou ofício para que fossem providenciados  
89 parceiros para visita ao município de Valença. Por fim, informou que o Médio Paraíba  
90 se preparava para a Conferência de Vigilância e Saúde e estaria dependendo do  
91 Regimento Interno Estadual para iniciar os trabalhos. A Conselheira Zaira Vanea  
92 Gomes da Costa informou que o CREMERJ convidou todas as instituições para  
93 comparecerem no dia vinte e dois de junho às quatorze horas para participar do  
94 Comando de Crise e informou que a Associação dos Falcêmicos realizaria um  
95 Seminário para os profissionais de saúde no Hemório no dia trinta de junho, de nove às  
96 quatorze horas com vagas limitadas. A Sr.<sup>a</sup> Marisa denunciou a corrupção e a situação  
97 atual do estado e dos servidores. A Sr.<sup>a</sup> Carolina, assessora parlamentar do Deputado  
98 Estadual Flavio Serafini, informou que como o mandato teria recebido denúncias dos  
99 servidores estaduais todos os dias sobre a crise instalada pelo PMDB, segundo sua

100 opinião, e pediu auditoria. O Conselheiro Messias Neves da Silva se compadeceu do  
101 relato da Sr.<sup>a</sup> Marisa e perguntou qual seria a atitude do CES em relação as  
102 arbitrariedade que estariam sendo cometidas no Rio de Janeiro propondo que fosse  
103 encaminhada à Polícia Federal. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira  
104 entregou ao CES documento relacionado à Conferência das Mulheres e pediu à  
105 Presidenta que sua proposta fosse submetida ao pleno. A Presidenta esclareceu que  
106 estava sendo feito um balanço na área administrativa do Conselho devido a falta de  
107 funcionários, informou que as atas pendentes começariam a ser confeccionadas e que  
108 a situação do Rio Card estava em andamento. O Conselheiro Fernando Cesar Faria  
109 Goulart pediu esclarecimento, pois teria entendido que o Conselheiro Miguel Jorge  
110 Gomes de Oliveira havia solicitado prioridade em uma pauta. A Presidenta informou  
111 que foi definido em votação que todas as pautas da Conferência seriam discutidas no  
112 Pleno, sendo respeitadas as Ordens do Dia. A Prof.<sup>a</sup> Jenifer, da FIOCRUZ, iniciou sua  
113 apresentação sobre a importância do usuário no Comitê de Ética e Pesquisa, conforme  
114 segundo ponto de pauta. A Conselheira Zaira Vanea Gomes da Costa perguntou se o  
115 representante do usuário era enviado anteriormente para a pesquisa ou se enviavam  
116 apenas o Termo de Livre Consentimento e questionou como o comitê se posicionava  
117 referente ao pesquisador ficar isento do Termo de Livre Consentimento. A Prof.<sup>a</sup> Jenifer  
118 informou que os usuários compareciam na sexta-feira anterior ao Comitê, que se reúne  
119 as quartas-feiras, e têm acesso aos documentos que quiserem. A Professora  
120 esclareceu que o acesso ao prontuário precisava ser autorizado pelo paciente e o  
121 pesquisador precisava possuir o Termo de Livre Consentimento, no entanto, existiriam  
122 alguns casos em que o comitê dispensava o termo. A Conselheira Vanessa Bezerra de  
123 Souza disse que muitos alunos optavam por uma pesquisa bibliográfica devido a  
124 burocracia ao acesso a prontuários e aos pacientes e sugeriu que a Comissão  
125 pensasse estratégias para publicitar o tramite para produção de conhecimento por  
126 parte das faculdades. A Professora aconselhou ao aluno que quisesse fazer uma  
127 pesquisa com esse tipo de acessos que iniciasse antecipadamente, devido ao prazo  
128 burocrático. A Conselheira Francinete da Conceição A. do Carmo propôs um Fórum de  
129 Discussão para debate sobre pesquisa. A Prof.<sup>a</sup> Jenifer ressaltou a importância do  
130 debate e agradeceu pela oportunidade. Quanto ao terceiro ponto de pauta, a  
131 Presidenta informou que a Sr.<sup>a</sup> Sandra não pôde comparecer à apresentação devido a  
132 uma agenda com o Ministério Público, sendo passada para próxima Reunião do Pleno

133 como primeiro ponto de pauta. O Conselheiro Fernando Cesar Faria Goulart criticou a  
134 ausência da Sr.<sup>a</sup> Sandra pela segunda vez e pediu que fosse debatido apenas na  
135 Comissão de Saúde Mental. A Presidenta explicou que foi um informe, não cabendo  
136 discussão e que a apresentação seria reagendada. A Conselheira Sandra Brandão da  
137 Silva quis se manifestar quanto ao assunto. Em regime de votação, oito conselheiros  
138 foram a favor da Conselheira, cinco votaram para que ela se manifestasse na próxima  
139 reunião e três se abstiveram. A Conselheira Sandra Brandão da Silva estava em  
140 Brasília para a reunião do CNE com a Conselheira Nanci Rodrigues Santos com pauta  
141 sobre Saúde Mental, especificamente sobre as unidades terapêuticas e o dinheiro que  
142 tem sido destinado a essas unidades. A Conselheira Francinete da Conceição A. do  
143 Carmo, membro da Comissão Intersetorial de Saúde Mental, informou que tem  
144 encontrado dificuldade para implementar essa política pública no estado do Rio de  
145 janeiro, denunciou problemas nesse setor, afirmou que havia muito a ser discutido e  
146 pediu apoio ao Pleno. A Presidenta passou à quarta Ordem do Dia e apresentou  
147 proposta da Comissão Executiva para uma Deliberação que tornasse imediata as  
148 publicações das deliberações do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. A  
149 Conselheira Solange Gonçalves Belchior explicou o processo para publicação no Diário  
150 Oficial e o prazo. Em regime de votação, os que concordaram com a proposta da  
151 Comissão Executiva foram vinte, ninguém foi contrário ou se absteve. Conforme  
152 acordado no início da reunião, o próximo ponto de pauta abordado foi sobre a II  
153 Conferência Estadual da Saúde das Mulheres. A Conselheira Maria de Fatima Gustavo  
154 Lopes entregou documento para ser tramitado no Ministério Público e no Conselho  
155 Nacional de Saúde devido aos problemas ocorridos na Conferência. O Sr. Davi  
156 Salvador de Lima Filho leu um recurso quanto a participação da delegação da cidade  
157 do Rio de Janeiro na II Conferência Nacional da Saúde das Mulheres que continha o  
158 seguinte texto: "Prezados Conselheiros, o regimento da II Conferência Estadual de  
159 Saúde das Mulheres do Rio de Janeiro, aprovado através da Deliberação CES nº cento  
160 e sessenta e sete de sete de março de dois mil e dezessete, publicada no Diário Oficial  
161 do Estado do Rio de Janeiro no dia vinte e sete de março de dois mil e dezessete,  
162 seguindo orientação do artigo segundo, parágrafo segundo do Regimento da II  
163 Conferência Nacional de Saúde das Mulheres aprovada através da resolução nº  
164 quinhentos e trinta e sete de dezenove de setembro de dois mil e dezesseis, resolveu  
165 dotar a cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, com status de Regional para fins

166 de realização de etapa da II Conferência Estadual da Saúde das Mulheres do Rio de  
167 Janeiro, conforme reza pelo o artigo terceiro parágrafo único. Alegou, explicitando no  
168 parágrafo já citado, o fato da capital ter um número extremamente elevado de  
169 habitantes em relação a outras cidades e também sua forma de organização do  
170 controle social representado pelo Conselho Municipal de Saúde e seus dez Conselhos  
171 distritados. Diante do definido pelo Regimento Estadual citado, o Município do Rio de  
172 Janeiro se organizou e conseguiu atender todas as obrigações ao seu encargo,  
173 realizou suas etapas distritais consideradas pré-regionais através de rodas de  
174 conversas, conforme permitido pelo artigo quinto do Regimento Estadual. Estas etapas  
175 subsidiaram com suas propostas a Conferência Municipal realizada no dia cinco de  
176 maio de dois mil e dezessete na Universidade UNIGRANRIO da Rua da Lapa, oitenta e  
177 seis, no Centro desta cidade, conforme comprova Diário Oficial do Município do Rio de  
178 Janeiro e podem atestar a Presidência deste conselho a Sr.<sup>a</sup> Étila Elane de Oliveira  
179 Ramos, o Conselheiro Estadual Miguel Jorge Gomes de Oliveira, as Conselheiras da  
180 Comissão Organizadora da II Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Estado  
181 do Rio de Janeiro. O Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro encaminhou as  
182 propostas em anexo para sua Conferência em relação de sua delegação à Conferência  
183 Estadual para a Comissão Organizadora responsável, absolutamente dentro dos  
184 prazos estabelecidos. A Comissão Organizadora da Conferência Estadual em nenhum  
185 momento se manifestou contrariamente as adoções por nós encaminhadas, ou seja,  
186 sempre nos tratou como uma etapa regional, respeitando o que fora determinado pelo  
187 Regimento Estadual já citado. O Regimento Estadual em seu artigo vinte e sete definiu  
188 oito vagas para capital na sua delegação para II Conferência Estadual de Saúde das  
189 Mulheres assim como definiu as demais vagas dos outros participantes. O artigo trinta  
190 e dois, parágrafo terceiro do Regimento Estadual determinou que a aprovação do  
191 próprio se daria em caráter definitivo em Reunião do Pleno do CES/RJ em momento  
192 anterior a realização da etapa estadual. O que foi plenamente cumprido conforme  
193 podemos observar na deliberação CES nº cento sessenta e sete. Em nenhum  
194 momento no Regimento Estadual é citado que caberia ao plenário da Conferência  
195 Estadual apreciar, homologar, modificar ou se quer realizar sua leitura. Seu artigo trinta  
196 e dois e seus parágrafos não deixam qualquer margem a dúvidas quanto a isso, mas  
197 para nossa surpresa a própria mesa diretora da plenária na instalação dos trabalhos  
198 fez a leitura do Regimento e ainda, para um arrepio de respeito do próprio instrumento,

199 aceitou modificar seus artigos. O mais interessante é que o único objeto de modificação  
200 foi o já citado anexo I, justamente modificando o número de vagas dos delegados da II  
201 Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, redistribuindo-as ao sabor de suas  
202 vontades, privilegiando municípios que dispunham de menos vagas e retirando todas  
203 as vagas determinadas à capital. Se quer se deram ao trabalho de modificar o artigo  
204 trinta e dois já citado, justamente o artigo impedidor dos atos que adotaram tornando  
205 evidente o desrespeito e má intenção objetiva de prejudicar nossa delegação,  
206 amparados pelo preconceito discriminado exposto aos nossos delegados por outras  
207 delegações. Nossa delegação, dentro das possibilidades estabelecidas, fez de tudo  
208 para impedir tamanha injustiça e prejuízo aos mais de sete milhões de habitantes da  
209 nossa cidade, ali por nós representados, mas nossos argumentos foram em vão e todo  
210 o tipo de manobras escuras foram adotadas para nos impedir de convencer aos  
211 participantes do erro grave que estavam cometendo nos restando apoiar a proposta  
212 que não implicaria em prejuízo à nossa população, mas o que estava estabelecido e  
213 descaradamente armado, pelo que se pode perceber, era vetar a participação da nossa  
214 delegação na Conferência Nacional. Colocaram as propostas em votação e refizeram  
215 votações até que conseguiram seus intentos. Nos restou a nossa delegação no final da  
216 Conferência com o plenário já esvaziado ler o documento que expunha todo o nosso  
217 descontentamento no que diz respeito a nossa população as leis ao Conselho Nacional  
218 de Saúde e ao próprio instrumento regente da II Conferência Estadual de Saúde das  
219 Mulheres. Diante de todo o exposto, solicitamos ao CES do RJ, através do seu Pleno,  
220 que reveja também o erro cometido devolvendo as vagas legitimamente dirigidas à  
221 representação da população da cidade do Rio de Janeiro incluindo como delegadas as  
222 senhoras representantes de usuários Sonia Maria Fonseca da Silva, Maria de Fatima  
223 Gustavo Lopes, Julia Daniela de Castro e Solange Gomes de Oliveira, representantes  
224 dos profissionais de saúde Shirley Ribeiro Rodrigues e Sonia Sansa Rodrigues e  
225 representantes dos gestores e prestadores de serviço do SUS Etna Correia Moreira e  
226 Patricia de Albuquerque Ferreira.”. O Pleno acolheu a carta com vinte e um votos a  
227 favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A Presidenta informou que a  
228 Comissão Organizadora da Conferência estava se retirando do plenário por entender  
229 que sem a Comissão não haveria discussão. O Conselheiro Miguel Jorge em questão  
230 de ordem pediu que a Comissão aguardasse. A Presidenta explicou que não poderia  
231 obrigar os membros da Comissão a permanecerem e verificou que não havia mais

---

232 quórum. O Conselheiro Elias questionou a retirada das responsáveis da comissão. A  
233 Presidenta suspendeu a reunião por falta de quórum. Eu, Marcella Serpa dos Santos  
234 de Araújo, Assistente Técnico, lavrei a presente ata.  
235  
236 Flavio Campos  
237 Secretário Executivo